

Lei do gás: Novo projeto no Congresso pode atrapalhar desenvolvimento do setor

Agentes ainda avaliam pontos da proposta do governo, mas admitem que iniciativa causa mais confusão ao mercado

Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

10/03/2006

Os agentes do setor ainda analisam a proposta de regulamentação do mercado de gás natural, encaminhada pelo Executivo esta semana ao Congresso Nacional, e seus possíveis impactos, caso o projeto de lei seja aprovado. No entanto, todos são unânimes em dizer que a iniciativa do governo trouxe mais confusão ao setor do que propriamente resolver a questão. O resultado pode influenciar diretamente na atração de novos investimentos para o segmento.

A Petrobras, por exemplo, informou, por meio de sua assessoria, que está avaliando o novo projeto de lei, além de buscar um acordo com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), autor do outro projeto de lei no Congresso. Os distribuidores de gás também aprofundam as avaliações no texto encaminhado pelo governo, mas já é certo que desaprovam a iniciativa. A estimativa é que o segmento, por meio de Abegás, solte uma nota oficial sobre a proposta no início da próxima semana.

Já a **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica** também avalia detalhes do projeto de lei, mas o presidente da associação, **Claudio Sales**, considerou um retrocesso a iniciativa do governo. Para ele, a atitude pode atrapalhar a decisão de novos investimentos em infra-estrutura. "Ao invés de contribuir para a construção de um ambiente legal para o setor do gás, a iniciativa do governo trará ainda mais confusão para o mercado", comentou **Sales**.

Na avaliação de Luiz Pedro Biazoto, coordenador de Gás Natural da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, o ideal seria o governo buscar uma negociação com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). "As duas propostas são complementares, o que seria mais um motivo para buscar um consenso", observou. Segundo ele, o texto do governo traz, em parte, alguns pleitos da associação. Um deles diz respeito a figura do autoprodutor e autoimportador de gás natural. Pela proposta, segundo Biazoto, o produtor tem o direito de comprar o gás, sem precisar passar pela distribuidora. No entanto, na hora de adquirir novos dutos, a opção é válida somente para os autoimportadores.

Outro pleito da Abrace atendido parcialmente pelo governo foi a criação do mercado secundário. Na avaliação do coordenador, o texto apresentado pelo governo não é suficiente para atender às necessidades desse mercado. O principal obstáculo, diz ele, é que não foi definida a obrigatoriedade de oferta do gás não utilizado no mercado primário para o mercado secundário. Além disso, conta Biazoto, a proposta do Executivo não define a forma de comercialização do gás.

O único ponto relacionado ao mercado secundário estabelece somente que o fornecedor ficará responsável pela identificação dos consumidores no mercado primário, cuja interrupção no consumo possibilitará atendimento ao mercado secundário. O governo apresentou na última terça-feira, 7 de março, o projeto de lei que regulamenta o mercado de gás natural no país. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a proposta pretende oferecer maior competitividade do gás no mercado energético brasileiro, além de oferecer modicidade tarifária dos preços e movimentação do produto. O projeto, ainda segundo o MME, busca estabelecer mecanismos que propiciem transparência e competitividade à cadeia de comercialização do gás no país.